

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR – SETOR LITORAL

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE PARANAGUÁ PARA UMA
AÇÃO EDUCATIVA**

MATINHOS

2017

WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE PARANAGUÁ PARA UMA
AÇÃO EDUCATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral como requisito à obtenção do grau de Licenciada em Artes.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Harder

MATINHOS

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

WANDERLEIA MAFRA DE MOURA CORREIA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE PARANAGUÁ PARA UMA AÇÃO EDUCATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral como requisito à obtenção do Título do grau de Licenciado em Artes no Curso de graduação em Licenciatura em Artes, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Harder
Universidade Federal – Setor Litoral

Prof^ª. Dr^ª. Ana Elisa de Castro Freitas
Universidade Federal – Setor Litoral

Prof. Ms. Antônio João Galvão de Souza
Instituto Federal – Campus Paranaguá

MATINHOS

2017

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE PARANAGUÁ PARA UMA AÇÃO EDUCATIVA

Wanderleia Mafra de Moura Correia¹

Eduardo Harder²

Resumo

O presente artigo apresenta reflexões sobre o potencial a ser descoberto nas ações e currículo pedagógico de muitas escolas no tocante à educação patrimonial, uma prática educativa aliada à gestão do patrimônio cultural. O estudo descreve o desenvolvimento e execução de atividade voltada à educação patrimonial em uma instituição pública municipal de ensino localizada em Paranaguá, cidade considerada referência para compreensão dos processos coloniais na costa atlântica do Brasil meridional. O conjunto histórico e paisagístico da região central dessa cidade constitui um patrimônio cultural reconhecido pelo Estado brasileiro, em estreita interface com outros bens culturais igualmente inventariados e registrados ao longo das últimas décadas. O estudo possui como ponto de partida a trajetória docente da autora principal, vinculada ao quadro de professores permanentes da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá (SEMEDI). A educação patrimonial colabora no processo de aproximação das fronteiras interdisciplinares voltadas para uma formação cidadã, com a construção de sentidos e significados que provém de diferentes áreas do conhecimento tais como artes, linguística e literatura, história, geografia, ciências, etc., em paralelo com a perspectiva que emerge da memória coletiva e dos saberes populares e/ou tradicionais. Para tanto, os conceitos de bem cultural e patrimônio cultural material e imaterial constituem o filtro de análise da educação, os quais são temperados com uma metodologia de trabalho atenta aos processos de transformação das práticas sociais. O trabalho conclui que a constatação de caráter insatisfatório das práticas voltadas à educação patrimonial nas escolas pode revelar a ausência de reconhecimento do importante papel que os diversos atores sociais tem na gestão efetiva dos bens culturais e do papel da educação enquanto instrumento fundamental de mediação para a cidadania ativa, visto que o patrimônio cultural brasileiro é mais amplo e diverso que os bens acautelados pelo Estado.

Palavras-chave: educação patrimonial; bens culturais; patrimônio cultural material e imaterial; pedagogia histórico-crítica

¹ Universidade Federal do Paraná, Brasil. Contato: luizewande@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná, Brasil. Contato: eduardoharder@ufpr.br

Resumen

El presente artículo presenta reflexiones sobre el potencial a ser descubierto en las acciones y currículo pedagógico de muchas escuelas relativo a la educación patrimonial, una práctica educativa aliada a la gestión del patrimonio cultural. El estudio describe el desarrollo y ejecución de actividades orientadas a la educación patrimonial en una institución pública municipal de enseñanza ubicada en Paranaguá, ciudad considerada referencia para la comprensión de los procesos coloniales en la costa atlántica del Brasil meridional. El conjunto histórico y paisajístico de la región central de esa ciudad constituye patrimonio cultural reconocido por el Estado brasileño, en estrecha interfaz con otros bienes culturales igualmente inventariados y registrados a lo largo de las últimas décadas. El estudio tiene como punto de partida la trayectoria docente de la autora principal, vinculada al cuadro de profesores permanentes de la Secretaría Municipal de Educación y Enseñanza Integral de Paranaguá (SEMEDI). La educación patrimonial colabora en el proceso de aproximación de las fronteras interdisciplinarias orientadas hacia una formación ciudadana, con la construcción de sentidos y significados que proviene de diferentes áreas del conocimiento tales como artes, lingüística y literatura, historia, geografía, ciencias, etc., en paralelo con la perspectiva que emerge de la memoria colectiva y de los saberes populares y / o tradicionales. Para ello, los conceptos de bien cultural y patrimonio cultural material e inmaterial constituyen el filtro de análisis de la educación, los cuales son templados con una metodología de trabajo atenta a los procesos de transformación de las prácticas sociales. El trabajo concluye que la constatación de carácter insatisfactorio de las prácticas dirigidas a la educación patrimonial en las escuelas puede revelar la ausencia de reconocimiento del importante papel que los diversos actores sociales tienen en la gestión efectiva de los bienes culturales y del papel de la educación como instrumento fundamental de mediación para la ciudadanía activa, ya que el patrimonio cultural brasileño es más amplio y diverso que los bienes acaudalados por el Estado.

Palabras-clave: educación patrimonial; bienes culturales; patrimonio cultural material e inmaterial; pedagogía histórico-crítica

1. Introdução

A preservação e promoção de bens culturais reconhecidos na forma de patrimônio histórico, artístico e cultural têm início oficialmente no Brasil a partir da década de 1930. Um marco jurídico importante nesse período foi a promulgação do Decreto-Lei n. 25 em 1937, norma legal vigente até o presente. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na mesma época, constituiu

uma referência institucional no planejamento e execução de políticas públicas de proteção dos bens culturais.

Na esfera local, as primeiras iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural no estado do Paraná ocorreram já na década seguinte com a criação, em 1948, do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico e a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Em 1953 foi sancionada a Lei Estadual n. 1.211, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná.

Outro marcador temporal fundamental reside no processo de redemocratização brasileira em meados da década de 1980 e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 reafirmando os valores e princípios democráticos para a vida social e a cidadania. Em seus artigos 215 e 216, o texto constitucional enunciou os “direitos culturais”, a garantia de “acesso às fontes da cultura nacional”, além do apoio e incentivo à “valorização e difusão das manifestações culturais”. Em sentido complementar, desdobrou a noção de patrimônio cultural nas dimensões material e imaterial,³ cabendo observar que essa última foi regulamentada em escala nacional no ano de 2000, com a edição do Decreto Federal n. 3.551 e apenas no ano de 2016 no estado do Paraná.

Há um crescente esforço da sociedade brasileira na conservação da pluralidade de suas memórias e narrativas. Uma perspectiva cultural calcada exclusivamente na reafirmação do ideal homogêneo de nação e de sociedade nacional merece ser relativizada. O princípio de respeito à diversidade cultural (BARROS, 2008) orienta o desejo de uma práxis que efetivamente contemple a complexidade dos “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 216).

A patrimonialização dos bens culturais encontra tradução na ideia de herança e/ou legado às presentes e futuras gerações. Nesse sentido, os processos administrativos de inventário, registro, vigilância, desapropriação e tombamento nas hipóteses de patrimônio material podem contemplar ações de preservação que incluem desde edificações públicas e/ou particulares, espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos, sítios de valor arqueológico tais como os sambaquis do litoral brasileiro ou mesmo de valor histórico, artístico,

³ Entre os primeiros trabalhos de registro e inventário se encontra o “Fandango Caiçara”, expressão cultural associada ao complexo estuarino de Paranaguá, Guaraqueçaba, Cananéia, Iguape e que se estende até a região de Paraty, no sul do estado do Rio de Janeiro. BRASIL. **Fandango Caiçara**: expressões de um sistema cultural. Texto Descritivo Completo. Brasília: IPHAN, 2011.

ecológico e científico, além das formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver etc.

Nesse sentido o presente estudo visa a colaborar no plano de “valorização da diversidade étnica e regional” (art. 215), ao voltar sua atenção para a cidade de Paranaguá, localizada na baía de mesmo nome, com seu porto, suas paisagens e população. Ao eleger a educação patrimonial como fio condutor, o trabalho buscará contribuir com o ensaio de possíveis ações intersetoriais que aproximem políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à arte, educação, cultura e cidadania.

Para tanto, é preciso rememorar que o processo histórico da região tem origem colonial em meados do século XVI (VIANA, 1976: 11), com os primeiros registros e relatos da presença europeia e africana, entrelaçados aos Mbyà Guarani, nossos “antigos naturais da terra” na expressão da historiografia nacional. A fundação da Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá constituiu, por sua posição geopolítica, um lugar-referência no cenário colonial português, referendado por sua elevação à condição de Vila já em 1648. O porto de Paranaguá, inicialmente um ancoradouro localizado na ilha da Cotonga, depois na região central da cidade e, por fim, deslocado para a denominada “Enseada do Gato”, sempre constituiu uma referência local e regional, no centro de um território que articula o mar e a cidade.

O percurso metodológico do presente estudo transpassa e dialoga com a memória local, o patrimônio cultural e o potencial da educação patrimonial, em articulação com as políticas públicas e a cidadania. As inquietações e indagações que originam o trabalho estão relacionadas à ação docente da autora ao longo dos anos na rede pública municipal de Paranaguá e a busca de compreensão dos potenciais da educação patrimonial, em uma proposta pedagógica que visa ao reconhecimento dos direitos culturais e, efetivo acesso ao patrimônio cultural material e imaterial local.

O “projeto de aprendizagem” que fundamenta o presente estudo procurou vivenciar o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com sua proposta de “conhecer e compreender, compreender e propor, propor e agir” (UFPR LITORAL, 2008). O exercício de docência da autora possibilitou, ainda, alinhar um diagnóstico inicial que apontasse para as atuais limitações das políticas de educação patrimonial na cidade de Paranaguá e o potencial emancipador da cidadania cultural.

Essas verificações ocorrem após a conclusão em 2009 do processo de tombamento do “Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá”⁴ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A ação inscreveu nos Livros do Tombo Histórico e Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico o Centro Histórico de Paranaguá, com seus referenciais urbanísticos, arquitetônicos, sociais e culturais.

Antes disso, um conjunto de bens culturais localizados no Centro Histórico da cidade já havia sido tombado individualmente pelo estado do Paraná, tais como a Casa Elfrida Lobo, a Estação Ferroviária, a Fonte Velha, o Antigo Colégio dos Jesuítas, as Igrejas de São Benedito, de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário (Matriz) e da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas, o Prédio da Alfândega, entre outros. (PARANÁ, 2006)

No entanto, as ações da administração pública no campo da proteção e promoção do patrimônio cultural local ainda buscam uma natureza programática, na qual um plano de salvaguarda dos bens culturais possibilite iniciativas tópicas e também uma atuação de perfil sistêmico. Há uma percepção de que um envolvimento sincrônico das esferas públicas governamentais e das instituições da sociedade civil poderiam potencializar um conjunto de ações de forma continuada e permanente.

Essa dinâmica inerente ao reconhecimento do patrimônio cultural local deve contemplar também iniciativas permanentes no campo da educação patrimonial. Nesse sentido, o presente trabalho visa a apresentar uma experiência pedagógica, a qual permite extrair elementos para instaurar um processo contínuo e permanente de formação de professores e de confecção de material didático que contemple a pluralidade de bens culturais, dos saberes e conhecimentos tradicionais e suas paisagens culturais etc.

Enfim, ao narrar uma experiência de educação patrimonial, busca-se contribuir com a proteção e promoção do instigante patrimônio cultural de Paranaguá, bem como estabelecer possíveis fundamentos para o diálogo sobre a importância de se preservar tais bens culturais, resultando em um processo de valorização da memória e da história local.

2. Conhecendo para preservar

⁴ IPHAN. **Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN**. Mimeo, 2009.

Conhecer o lugar em que vivemos, os saberes de suas gentes, a história e a cultura a eles relacionadas, tudo isso é primordial para o reconhecimento, a valorização, a preservação e a disseminação da importância dos bens culturais de uma coletividade. Ter acesso a esses conhecimentos é o primeiro passo para a construção da identidade e a plena cidadania.

Nesse sentido, a educação patrimonial possibilita um diálogo transversal de conhecimentos, entre a identidade e o sentimento de pertencimento a um lugar, entre a memória coletiva e as narrativas que forjam nosso tempo e conferem sentido à vida social. São registros de vivências de tempos específicos, mas que transcendem temporalidades demarcadas, pois podem ser ressignificadas conforme se consolidam novos olhares ou a moralidade inerente a cada sociedade. Paulo Freire afirma que a consciência é “essa misteriosa e contraditória capacidade que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes” (FREIRE, 1987: 14).

No presente caso, conscientizar quer significar a possibilidade de usufruir e entender que esse patrimônio cultural também nos pertence. Assim como a consciência de que somos partícipes, cidadãos cuja identidade social também remete ao lugar em que vivemos. Consideradas essas premissas, somos responsáveis em conjunto pela preservação e valorização do patrimônio. Foi com essa preocupação de preservação do patrimônio é que pensamos um trabalho mais significativo, para que o estudante se reconheça, enquanto futuro cidadão que pode mudar a realidade da sua cidade.

A presente artigo entrecruza em um primeiro plano a trajetória e experiência docente à perspectiva (e cotejo) de natureza bibliográfica, subentendendo-se nesse sentido que também é qualitativa e investigativa, com uma investigação analítica sobre categorias tais como: bens culturais, patrimônio cultural material e imaterial, educação patrimonial, instrumentos administrativos de promoção e proteção do patrimônio cultural, o acervo de bens culturais reconhecidos no local e, no âmbito pedagógico, compreender e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que a autora leciona.

Em um segundo momento do trabalho a práxis docente possibilitou a formulação e aplicação de uma proposta metodológica voltada à educação patrimonial, com estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Luiz Vaz de Camões, em Paranaguá. A metodologia proposta pôde ser aplicada ao

ensino da disciplina de Artes, no entanto, sua natureza é interdisciplinar, com a articulação de outros campos do conhecimento tais como história, geografia, ciências, língua portuguesa, matemática, entre outras.

Foram apresentadas aos estudantes as diferentes expressões do patrimônio cultural da cidade de Paranaguá, com enfoque no patrimônio arquitetônico, reconhecido como presença e lugar de uma memória coletiva e carregando resquícios de épocas passadas, em que a sociedade se organizava de maneira diferente do tempo presente.

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação coletiva a partir de uma roda de conversa, trazendo questões e vivências do cotidiano dos estudantes para a contextualização do conteúdo programático escolhido, além de diversas imagens sobre patrimônio cultural e paisagístico, seus significados e a importância da preservação dos bens patrimoniais em sua interação com a cultura local.

A apresentação de fotografias e imagens relacionadas ao patrimônio cultural local, tais como imóveis antigos, museus, ruas, praças, obras de arte de artistas da região e que representassem também os saberes e conhecimentos tradicionais, as técnicas locais, a pluralidade de modos de viver, falar, trabalhar, revelou-se uma estratégia pedagógica importante, antecedendo um novo momento para os trabalhos propostos, com atividades práticas através de saída de campo.

Em busca de novas percepções e significados em espaços que ampliam a noção de sala de aula, a apreciação do patrimônio cultural pelos estudantes ocorreu através de saída de campo realizadas no Centro Histórico de Paranaguá, organizados para propiciar um contato concreto com a educação patrimonial.

Ao trazer à tona contextos históricos diferenciados e realizar possíveis comparativos entre a sociedade colonial e a atual, em que, por exemplo, um determinado imóvel tombado como patrimônio arquitetônico e que antes abrigava uma família ou constituía sede da administração local e que nos dias de hoje e o que representa na construção da identidade individual do aluno, sempre enfatizando as questões sociais. Mais do que “conhecer para preservar”, a intenção do trabalho, foi de inserir o sujeito para que ele usufrua de um patrimônio que lhe pertence.

A aproximação metodológica com o reconhecimento etnográfico revelou-se essencial para o reconhecimento do espaço e tempo no presente e no passado pelos estudantes, transportando-os para um contexto pedagógico que une conhecimento e vivência com a educação patrimonial. Assim, a prática aplicada possibilitou um olhar

mais amplo no que se refere aos bens patrimoniais da cidade de Paranaguá, tornando a relação entre ensino e aprendizagem mais significativa.

No princípio, em um momento anterior à execução da atividade planejada, houve a necessidade de transmitir e pactuar coletivamente o projeto de educação patrimonial, com a apresentação da proposta para as demais professoras e estudantes. Foi elaborado um roteiro de visitas e a autorização para os pais e responsáveis para a saída de campo.

Além disso, houve a previsão de uso de imagens para fins acadêmicos, pois foi proposta a utilização da fotografia para o registro das atividades tanto em sala de aula quanto para a saída de campo, momento em que as imagens e as percepções individuais permitiram aflorar o que se denominou metodologicamente de “reconhecimento etnográfico”.

Com o roteiro de visitas estabelecido, houve a previsão de saída da escola às 7:30 horas da manhã, com um breve intervalo para o lanche às 10 horas. O roteiro buscou contemplar os seguintes bens culturais a serem visitados: a) Casa Elfrida Lobo/Conservatório Waltel Branco; b) Casa da Cultura Monsenhor Celso (com a apreciação da exposição de arte “Bicicletas”) e c) Casa Brasília Itiberê. Após as visitas, uma parada para lanche ao ar livre na praça pública em frente à Casa da Cultura Monsenhor Celso, no Centro Histórico de Paranaguá.



Casa Elfrida Lobo/Conservatório Waelter Branco. Localizada na Rua Dr. Leocádio, no cruzamento com a Rua Fernando Simas. Fonte: Espirais do Tempo (PARANÁ, 2006)



Casa da Cultura Monsenhor Celso, onde moraram os irmãos Brasília Itiberê e Monsenhor Celso. Localizada no Largo Monsenhor Celso. Fonte: Coordenadoria de Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.



Casa Brasília Itiberê. Sobrado Colonial localizado no Largo Monsenhor Celso. Fonte: Coordenadoria de Patrimônio Cultural, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Fotografia de Carlos Roberto Zanella de Aguiar (Macaxeira).

Em sala de aula foram abordados, em dois momentos, os temas relacionados ao patrimônio cultural e a importância de sua preservação e conservação. No momento da exposição em sala, a autora disponibilizou fichas com imagens do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Paranaguá. Além disso, apresentou para os estudantes os conceitos e significados relacionados à noção de patrimônio cultural material e imaterial, em interface com o contexto local relacionado à população e à cidade de Paranaguá.

O uso de imagens da paisagem cultural e dos monumentos históricos que foram tombados pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná (CEPHA) e também pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a culinária caiçara, o Fandango Caiçara, a arte de Emir Roth e o artesanato presente na cultura local Mbyá Guarani e das coletividades caiçaras revelou-se de grande importância didática para o desenvolvimento do projeto de educação patrimonial.

A exposição possibilitou aos estudantes, por meio de projetor e manuseio de imagens, que eles apresentassem seu próprio conhecimento acerca dos temas elencados, com a transmissão ao grupo das reminiscências pessoais e a memória coletiva não contempladas pelo conteúdo dos livros e obras didáticas.



Atividade de educação patrimonial em sala de aula. Fotografias: Acervo da autora.

O processo dialógico proporcionado por esse momento possibilitou à autora a percepção e interação com conhecimentos aportados pelos estudantes e demais professoras. O ambiente de troca de experiências propiciou, também, a criação de uma aula em que o pensamento e as ações relacionadas aos bens culturais e à educação patrimonial pudessem aflorar com maior plenitude.

Interessantes debates sobre arte, estética, restauração e preservação do patrimônio cultural foram empreendidos no grupo. Por exemplo, experiências e memórias como as da professora que compartilhou lembranças de sua infância, quando brincava no bairro Rocio e as transformações ocorridas com o tempo, a mangueira na qual subia para brincar com outras crianças, o Boi-de-Mamão⁵ que atravessava o bairro nos dias de festejo.

Essa professora lembrou também as estórias e lendas contadas pelos avôs e avós e que possuíam um estatuto de autenticidade na época e hoje encontram dificuldades para persistir como manifestação cultural e prática de transmissão oral entre diferentes gerações. No histórico bairro Rocio, a expansão das empresas de transporte, armazéns e o trânsito de caminhões originaram transtornos para a

⁵ Nos termos do catálogo “Assim vivem os Homens: cultura popular. Guia da Exposição”, elaborado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (2016/2017), o Boi-de-Mamão “acontece em várias partes do Brasil, mas com nomes diferentes. No nordeste é o bumba-meu-boi, no norte o boi-bumbá e, no sul, (Paraná e Santa Catarina), o boi-de-mamão. O nome remete às origens do folguedo, quando então a cabeça do boi era representada por um mamão verde. Trata-se de uma encenação que mistura teatro, música, dividida em vários atos e com muitos personagens, entre eles, o vaqueiro, o boi, o carneiro, o médico, o Barão, a Bernunça e a Maricota (ou Mariola). Tanto no Paraná como em Santa Catarina essa é uma festa que ocorre no litoral, entre o Natal e o Carnaval. (...)”. (MAE/UFPR, 2016)

população e as práticas culturais cotidianas de outrora foram se dissipando com o passar dos anos.



Para a conclusão prática dessa parte dos trabalhos foram disponibilizados para os estudantes imagens de desenhos de igrejas em estilo barroco para colorir. Fotografias: Acervo da autora.

Na segunda etapa do trabalho foi proposto o reconhecimento etnográfico *in loco*, com a vivência daquilo que os estudantes aprenderam e contribuíram em sala de aula. Para primeiro dia de atividades e visitas elencamos a Casa Elfrida Lobo⁶, a qual abriga atualmente o Conservatório Municipal Waltel Branco. As crianças e professoras tiveram a oportunidade de ouvir do gestor da casa o relato sobre a trajetória de vida do músico Waltel Branco, o qual nasceu em Paranaguá e possui seu trabalho reconhecido em todo o mundo.

Houve também a possibilidade de apreciar o acervo do Conservatório com seus instrumentos musicais, partituras, objetos etc. O pano de fundo dessa visita permitiu a muitos dos presentes constatar pela primeira vez a beleza da arquitetura do imóvel, além da história narrada de forma viva pelas pessoas que trabalham no local há muito tempo.

⁶ A Casa Elfrida Lobo foi construída no final do século XIX e serviu de residência a uma das mais tradicionais famílias parnanguaras. Retrata a majestosa arquitetura de sua época, através da beleza de sua fachada, suas portas-janela em arco, seus balcões ornados de belos gradis de ferro gusa e seu primoroso jardim. Nela viveu Dona Elfrida Lobo, conhecida como “Dona Elfridinha”, professora de francês de várias gerações. Foi uma das damas mais tradicionais e ativas da cidade. Em homenagem à sua memória, a casa leva seu nome. Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá. <http://www.paranagua.pr.gov.br>. Acesso em 19/12/2016.



Visita à Casa Elfrida Lobo. Fotografia: Acervo da autora



Sala Interna da Casa Elfrida Lobo. Fotografia: Acervo da autora



Jardins da Casa Elfrida Lobo. Fotografia: Acervo da autora



Corredor da casa Elfrida Lobo. Fotografia: Acervo da autora

Após a realização das atividades práticas de educação patrimonial, os relatos das crianças denotam o entusiasmo e indagações reiteradas em suas falas: “Eu já passei por aqui com minha mãe, mas não sabia que podia entrar e aprender música”. Ou ainda: “Então quer dizer que essa casa também é minha?”. Nessa última consideração, o olhar da criança encontrou seu colega e os dois abriram suas bocas e arregalaram os olhos, pensando quais os instrumentos musicais que gostariam de aprender a tocar.

A Casa Elfrida Lobo foi apresentada aos estudantes como a sede do Conservatório de Música da cidade, instituição pública no qual as aulas são gratuitas e os instrumentos musicais disponibilizados pela instituição. Os estudantes compreenderam após a roda de conversa que o imóvel, a escola de música e seus profissionais constituíam um bem comum, cuja gestão advinha do interesse social em sua manutenção por meio do orçamento público e recursos com origem em impostos, fundos de cultura, participação em editais etc.

O caráter interdisciplinar dessa atividade de educação patrimonial apresentou outras dimensões do conhecimento inerentes ao processo epistemológico. Na escolha do repertório de bens culturais locais foram importantes também o reconhecimento das Casas da Cultura Monsenhor Celso e da Música Brasília Itiberê.

Uma diretriz que orientou a atividade está relacionada com a ampliação da noção de cultura e a não reiteração de perspectivas de pensamento que pudessem reduzir o potencial inerente à sua concepção. Pensar o papel institucional de uma Casa de Cultura em nossos dias permitiu resgatar as análises do sociólogo Zygmunt Bauman. Seu pensamento revelou-se fundamental para afastar possíveis estereótipos e relativismos. Para esse autor, a noção de cultura pode estar arraigada no senso comum, de forma irrefletida, ao estar imbricada ao denominado “conhecimento erudito”. Tal perspectiva pode ser transmitida através de instituições como a escola, família ou mesmo nas relações sociais.

Nós reprovamos uma pessoa que não tenha conseguido corresponder aos padrões do grupo pela ‘falta de cultura’. Enfatizamos repetidas vezes a ‘transmissão da cultura’ como principal função das instituições educacionais. Tendemos a classificar aqueles com quem travamos contato segundo seu *nível* cultural. Se o distinguimos como uma ‘pessoa culta’, em geral queremos dizer que ele é muito instruído, educado, cortês, requintado, acima de seu estado ‘natural’, nobre. Presumimos tacitamente a existência de outros que não possuem nenhum desses atributos. Uma ‘pessoa que tem cultura’ é o antônimo de ‘alguém inculto’ (BAUMAN, 2012, pág. 90)

Zygmunt Bauman apresenta uma variedade de interpretações sobre os diferentes conceitos de cultura e também ressalta sua ambiguidade ao afirmar que “essa ambiguidade provém nem tanto da maneira como as pessoas definem a cultura quanto da incompatibilidade das numerosas linhas de pensamento que se reuniram historicamente sob o mesmo termo”. (BAUMAN, 2012, pág.51)

Realizar uma atividade de educação patrimonial nas Casas da Cultura Monsenhor Celso e da Música Brasília Itiberê permitiu resgatar um ideal de cultura viva, em que seus sentidos e significados (da noção de cultura) possam ser descobertos na tessitura das percepções da vida social, em diálogo com a história, a memória coletiva e as transformações do presente.



Casa da Cultura Monsenhor Celso



Casa da Cultura Monsenhor Celso/Fotografias: Acervo da autora.



Casa da Música Brasília Itiberê



Casa da Música Brasília Itiberê/Fotografia: Acervo da autora

3. Conclusões

Os processos de reflexão e vivência da educação patrimonial são indissociáveis das análises, sobre as práticas escolares e seus currículos pedagógicos. No entanto, o presente artigo não buscou examiná-los ou mesmo questioná-los em si mesmos, ou seja, na qualidade de um objeto específico de estudos a ser exaurido. O trabalho buscou desenvolver e apresentar uma experiência concreta de educação patrimonial, a qual pudesse fomentar e contribuir no estímulo de novas práticas de educação patrimonial e de reconhecimento dos bens comuns, em especial nas escolas da cidade de Paranaguá.

Em uma perspectiva panorâmica e que enseja futuros estudos, é possível afirmar que pouco se traduziu em ações efetivas a preocupação com a educação patrimonial nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas da cidade de Paranaguá. A opção da administração pública em adquirir e utilizar as denominadas “apostilas” nas escolas em Paranaguá reiterou um contexto pedagógico padronizado e um exíguo diálogo com cultural local.

Uma perspectiva constitucional de respeito ao patrimônio cultural deve relevar singularidades e peculiaridades étnicas, históricas, linguísticas, de gênero etc. Nesse sentido, caberia refletir por qual razão muitos currículos escolares e, por consequência, as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano das instituições, ainda não contemplam a educação patrimonial em diálogo aberto aos conhecimentos e saberes próprios da região, o litoral do Paraná.

A constatação de persistência de rotinas institucionais centradas na quase obrigação de muitas escolas em contemplar temas considerados “cívicos”, tais como datas comemorativas de aniversário da cidade, em detrimento de uma autonomia que possa contemplar uma liberdade de decisão fundada no planejamento pedagógico local, enfraquece um ideal de defesa e promoção dos bens culturais em estreita relação com a diversidade cultural.

Por ironia, a título de exemplo, na cidade de Paranaguá por muito tempo houve uma coincidência do aniversário da cidade no dia 29 de julho com as férias escolares de meio de ano, resultando na alteração para a primeira quinzena de julho deste recesso escolar. Diante dessa mudança no calendário, muitas escolas começaram a trabalhar com maior afincamento nessa questão, no entanto, de maneira pouco aprofundada.

Por outro lado, se as datas comemorativas constituem apenas uma pequena dimensão da cultura local, a qual deveria articular um leque de conhecimentos em que o momento cívico possa ser conjugado com uma perspectiva sociopolítica plural e ampla e refletir os caminhos da democracia e da cidadania, observa-se que muitas vezes tais datas comemorativas sequer são contempladas, resultando em uma sensação de lacuna pedagógica ainda maior.

Em sentido complementar, um legado de caráter generalista e oficial remete a uma espécie de encenação da vida nacional em datas comemorativas tais como o “dia do índio”, da “consciência negra”, entre outras. No entanto, tais passagens da memória e identidade nacionais são inscritas no cotidiano da escola de maneira pouco aprofundada e dialógica com a realidade atual de povos indígenas, pessoas negras, e comunidades quilombolas. E assim são forjados uma desatenção e um desinteresse pelos bens culturais, portanto, pelo patrimônio cultural em sentido inscrito pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. E o resultado muitas vezes revela que estudantes chegam ao final da sua trajetória escolar sem reconhecer os elementos da memória coletiva que também lhe pertencem.

Essa conjuntura escolar resulta em uma cidadania de baixa intensidade e no esvaziamento da autoestima, as quais são orientadas igualmente pelo reconhecimento do lugar no qual a vida se mantém e se reproduz. A ausência de valorização dos aspectos positivos e também negativos da própria cidade não permite estabelecer um juízo sobre os caminhos e destinos da urbanidade local. Trata-se aparentemente de uma espécie de suspensão dos juízos, no entanto, reveladora de uma indiferença que não permite captar, por exemplo, os sentidos e complexos significados da cidade, do que pode proporcionar em termos de uma vida melhor.

O desconhecimento da história, da memória coletiva e da cultura local podem resultar em dificuldades para o processo de formação da cidadania e no florescimento de ações sociais voltadas ao lugar em que se vive. A educação patrimonial não constitui por si mesma um caminho pedagógico que fomente a consciência crítica capaz de transformar e melhorar a vida social. A educação precisa ser compreendida em toda sua complexidade e sua tessitura exige um olhar interdisciplinar, no qual os bens culturais e o patrimônio histórico e artístico possam contribuir no diálogo paradigmático que busca aproximar conhecimentos, respeitar a memória e a diversidade cultural, compreender o meio ambiente natural e cultural em que vivemos.

Uma perspectiva cíclica e alinhada com as inquietações inerentes ao processo de construção do conhecimento cujas centelhas são permanentemente reavivadas na proposta metodológica de um projeto de aprendizagem que encontra na presente síntese um campo fértil para novas indagações, permite expor as preocupações da autora que ainda buscam respostas.

Nesse sentido, surgem algumas perguntas: a escola compreendida como lugar de saberes que são historicamente construídos e sistematizados propicia aos seus estudantes um processo que resulte em uma maior consciência cultural e ao sentimento de pertencimento do lugar onde se vive? Portanto, (a escola) cumpre o seu papel institucional voltado a colaborar para a formação indispensável para o exercício da cidadania? Para a emergência de um sujeito de direitos culturais? Por consequência, qual a importância e o efetivo potencial da educação patrimonial?

As práticas de educação patrimonial apresentadas no presente estudo possibilitaram o ensaio para futuros projetos em que arte e cultura possam de fato dialogar com a realidade das escolas de uma cidade em que os bens culturais são oficialmente reconhecidos e cuja fruição e gestão coletiva seja plena.

A cidadania ativa constitui um dos elementos que mobilizam o ideal democrático contemporâneo para além de papéis subalternos ou passivos, no qual todas as pessoas possuem direitos e deveres na constituição da vida comum. Tal perspectiva pode ser compreendida concomitantemente em suas dimensões individual e/ou coletiva.

O reconhecimento do patrimônio cultural não apenas relacionado à construção da identidade nacional, mas, isto sim, na tomada de consciência e valorização da memória plural e diversa que compõem as várias perspectivas da história, são fundamentais para a compreensão de quem somos e do potencial de uma educação para a cidadania.

Ao caminhar entre ruas e alamedas, vislumbrar os rios, mares e ilhas, os barcos e canoas, cantigas e músicas, os estudantes poderão seguramente se reposicionar em seus elos sociais e da compreensão de si e de seu lugar identitário em nosso mundo. Eis os caminhos que se almeja percorrer na correlação entre educação patrimonial e cidadania.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BARROS, José Márcio (Org.) **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade**. João Pessoa: IPHAN, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro P.; FUNARI, Raquel S. Educação patrimonial: teoria e prática. In: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; et alli. (Org.) **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 2009.

MAE/UFPR. Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. **Assim vivem os Homens:** cultura popular. Guia da Exposição. Paranaguá, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio:** um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154, 2010.

PARANÁ. **Espiraís do tempo:** bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 42.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Org.) **Educação patrimonial:** teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2008, p. 11-21.

UFPR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.** Matinhos: UFPR Litoral, 2008.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na história e na tradição.** Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976.

Anexo 1

Roteiro

Saída da escola às 7:30 com intervalo para o lanche às 10:00.

Pontos a serem visitados:

- Conservatório Waltel Branco/Casa Elfrida Lobo (apreciação da arquitetura e roda de conversa);
- Casa da Cultura Monsenhor Celso, (apreciação da exposição Bicicletas e roda de conversa)
- Casa Brasília Itiberê.

Após as visitas uma parada para lanche no Largo Monsenhor Celso.

Anexo 2

Modelo de Aviso para os pais:

“Escola Municipal Luiz Vaz de Camões”

Srs. pais, viemos por meio deste solicitar a autorização para que seu filho participe do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso **“Educação Patrimonial: Reconhecimento o Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Paranaguá para uma Ação Educativa”** da professora Wanderleia Mafra de Moura Correia, lotada nesta instituição “Escola Municipal Luiz Vaz de Camões”. Serão feitas saídas de campo (passeios pelo Centro Histórico de Paranaguá) para o reconhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural da nossa cidade. Pedimos a sua autorização para a saída de seu filho(a) da escola bem como uso de sua imagem para fins acadêmicos, pois serão tiradas fotografias para o registro dos trabalhos. As crianças sairão acompanhadas pelas professoras da turma.

Agradecemos sua compreensão.

A Direção.

Sim autorizo meu filho (a) para que participe dos trabalhos.

Assinatura dos pais ou responsáveis

Anexo 3

Informe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

“Paranaguá é, a partir das 11h30 de hoje, dia 3 de dezembro de 2009, a mais nova cidade Paranaense a ter seu centro histórico tombado como patrimônio nacional. A decisão acaba de ser tomada pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que está reunido na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. De acordo com o superintendente do Iphan no Paraná, José La Pastina Filho, esse é um reconhecimento à importância da primeira cidade do estado do Paraná para a grandeza do país. O plano diretor do município, em 1967, já considerava a região como área de proteção rigorosa. O tombamento estadual ocorreu em 1990. Segundo La Pastina, no centro histórico há três monumentos tombados pelo Iphan, que agora pretende sua chancela a todo o conjunto arquitetônico e urbanístico. A área a ser reconhecida e protegida como patrimônio nacional pelo Iphan abarca todo o núcleo mais antigo da cidade, indo desde a Igreja de São Benedito, na Rua Conselheiro Sinimbu até a Rua Visconde de Nácar. Engloba importantes exemplares da arquitetura colonial brasileira, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Colégio dos Jesuítas, a Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas, além da antiga Rua da Praia. É proposta ainda uma poligonal de entorno, como uma transição entre a área a ser tombada e o restante da cidade, e onde situam-se outros exemplares arquitetônicos significativos para a história da cidade”.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>